



Informativo Enermerco

1707

Acompanhamos você no Mercado Livre de Energia diariamente de maneira Exclusiva e Pró ativa. Somos "LIVRE COM VOCÊ".



Consumo (SIN)

57.881 Mw Med

Junho 2017



Descolamento CMO

R\$ 3,81 Milhões

Junho 2017



Bandeira Tarifária

VERDE

Junho 2017



Geração

60.648 Mw

Junho 2017



Encargos

R\$ 126 Milhões

Junho 2017



Mercado de Energia x Tendência do PLD

O período de Junho/2017 apresentou grande queda no preço médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, com ênfase para os submercados Sul e Sudeste. O volume significativo de chuvas que ocorreu em maio e junho, elevando as ENAs (Energia Natural Afluente), é o principal fator que ocasionou tal queda. A previsão para o preço médio para o ano de 2017, segundo a CCEE, deve ficar em R\$189,00/MWh.

Demonstrativo do PLD Médio

Mês	Submercado			
Junho 2017	SE/CO 124,70	S 65,91	NE 143,59	N 128,96

O comportamento climático, a afluência de chuvas e conseqüentemente o volume dos reservatórios vem mostrando grande peso na formação dos PLDs, como destacado no último Informativo sobre os novos parâmetros do CVAR.

Demonstrativo disso, é a equalização e aumento do PLD do período de 8 a 14 de julho em R\$ 253,45 R\$/MWh em todo os submercados. A recente elevação do preço semanal tem por motivação a expectativa mais pessimista das afluências de chuva e queda nas ENAs em o todo o Sistema Interligado Nacional – SIN.

Para a primeira e para a segunda semana de Julho de 2017 temos o PLD fixado:

Demonstrativo do PLD Mensal – período de 01/07/2017 a 14/07/2017

Semana	Sudeste/Centro-Oeste			Sul			Nordeste			Norte		
	Pesada	Media	Leve	Pesada	Media	Leve	Pesada	Media	Leve	Pesada	Media	Leve
1	234,51	234,33	231,50	234,51	234,33	231,50	234,51	234,33	231,50	234,51	234,33	231,50
2	255,56	255,55	249,75	255,56	255,55	249,75	255,56	255,55	249,75	255,56	255,55	249,75



A bandeira para o mês de junho, verde, não gerou custo para os consumidores. Já para o mês de julho, segundo a ANEEL, a bandeira tarifária será amarela, o que significa um acréscimo de R\$ 2 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

AMARELA > Condições menos favoráveis.

R\$ 2,00 por 100 kwh

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, o fator que determinou o acionamento da bandeira amarela foi o aumento do custo de geração de energia elétrica, ocasionado também pelo comportamento climático.

Pierro Campestrini – Diretor da Enermerco

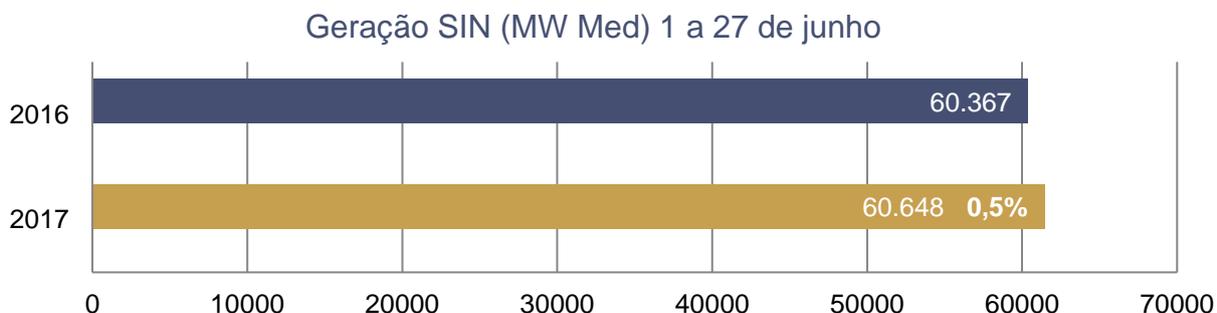
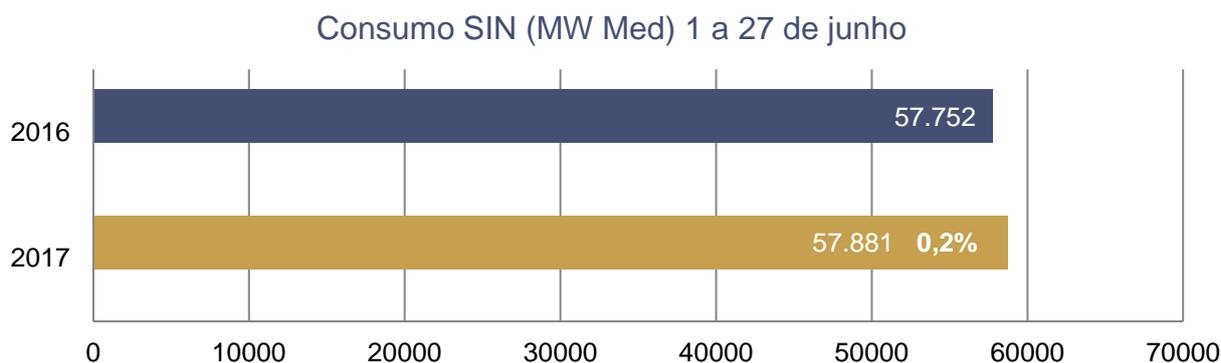


Geração e Consumo crescem em 2017

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, divulgou no final de junho, novos comparativos de geração e consumo no SIN – Sistema Interligado Nacional.

O Sistema Interligado Nacional é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com diversos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte.

Em comparação ao mesmo período de 2016, junho, temos um crescimento de 0,5% na geração disponível no Sistema, em 2017. Já o consumo teve uma alta de 0,2%, somando 57.752 MW/Med.

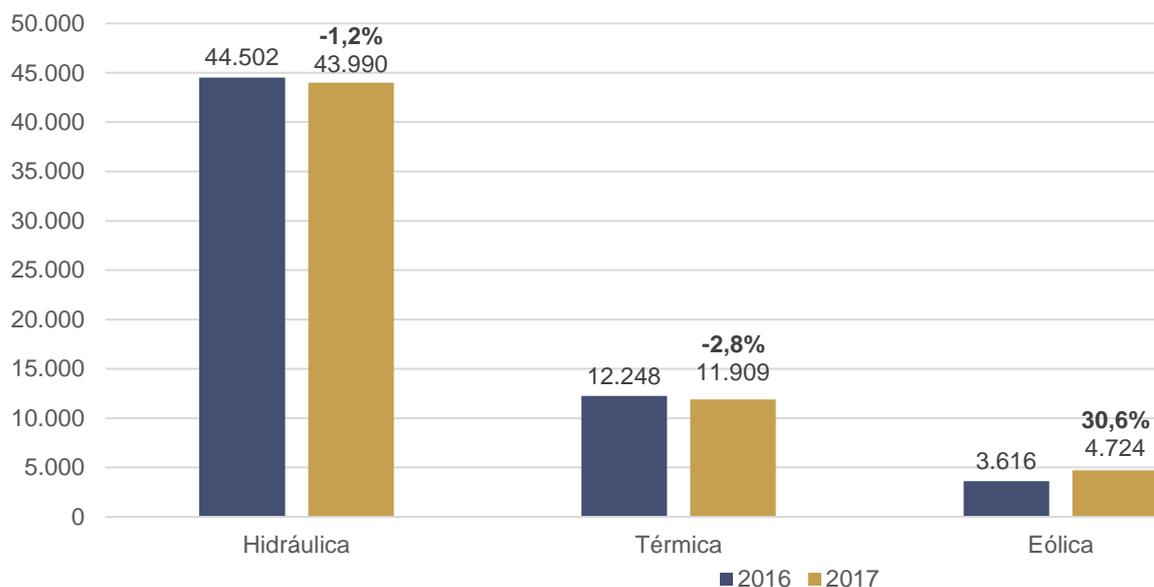




Geração por Fonte de Energia

As fontes de geração somaram 60.623 MW de produção, no último mês. O destaque de junho está no aumento da geração eólica: 30,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior, 2016.

Representatividade da Geração 1 a 27 de junho



Estes dados consolidados do boletim InfoMercado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, apontando o crescimento da produção de energia eólica em operação comercial no Sistema Interligado Nacional, é resultado de 409 usinas em operação comercial no país, que somam 10.393 MW de capacidade instalada – um aumento de 23% frente às 332 unidades geradoras existentes no ano passado.

Na geração eólica por estado, os dados consolidados da CCEE indicam que o Rio Grande do Norte permanece como maior produtor do país com a produção de 1.267,5 MW médios em 2017, aumento de 98% em relação ao mesmo período do ano passado. Em seguida, aparece o estado da Bahia com 685 MW médios (+92%) produzidos, o Ceará com 587,5 MW médios (+51%) e o Rio Grande do Sul, que alcançou 430 MW médios (-6,3%) nos dois primeiros meses do ano.

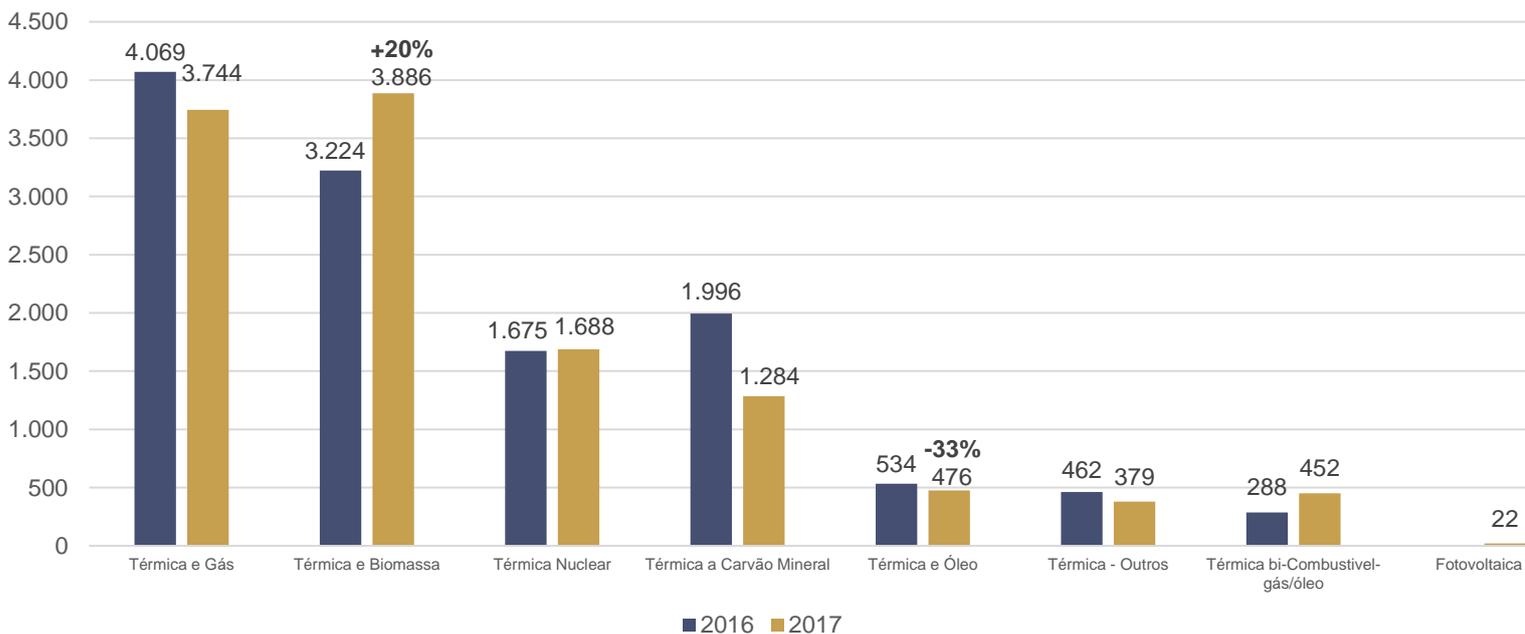
Posição	Estado	MW médios
1º	Rio Grande do Norte	1.267,5
2º	Bahia	685
3º	Ceará	587,5
4º	Rio Grande do Sul	430
5º	Piauí	250
6º	Pernambuco	218
7º	Santa Catarina	20
8º	Paraíba	16
9º	Rio de Janeiro	11
10º	Sergipe	8



Os dados da CCEE também confirmam o estado do Rio Grande do Norte com a maior capacidade instalada, somando 3.181 MW, aumento de 25% em relação ao ano anterior. Em seguida, aparece o Ceará com 1.960 MW (+23,5%), a Bahia com 1.750 MW (+17,5%) e o Rio Grande do Sul com 1.667 MW (+10%).

Ranking – Os 10 maiores estados em capacidade instalada de energia eólica – 2017		
Posição	Estado	MW
1º	Rio Grande do Norte	3.181
2º	Ceará	1.960
3º	Bahia	1.750
4º	Rio Grande do Sul	1.667
5º	Piauí	1.011,5
6º	Pernambuco	465,5
7º	Santa Catarina	224
8º	Paraíba	59,5
9º	Sergipe	34,5
10º	Rio de Janeiro	28

Representatividade da Geração 1 a 31 de maio

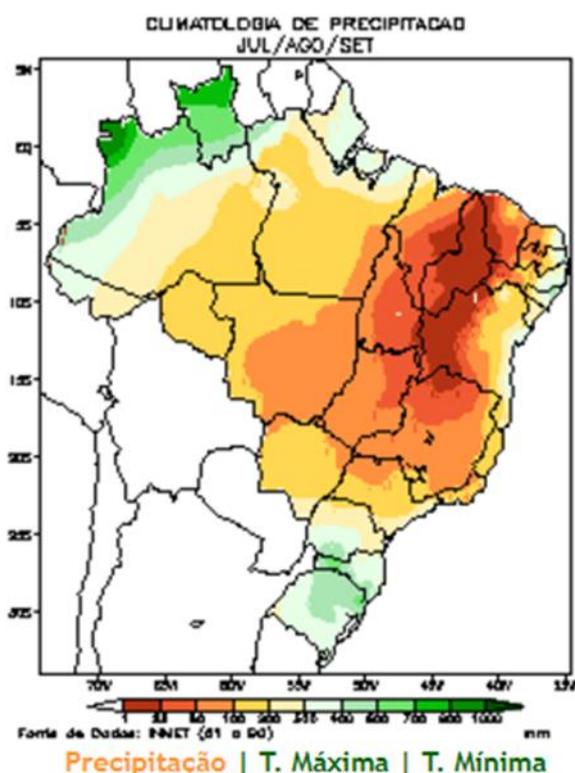




Previsão Climatológica Trimestral

Neste trimestre, as chuvas diminuem em grande parte da Região Norte. Na Região Nordeste, ainda chove entre o leste do Rio Grande do Norte e a Bahia e praticamente não chove em grande parte do Piauí e no oeste da Bahia. No Centro-Oeste, a redução climatológica das chuvas implica no aumento do número de focos de calor e baixos valores de umidade relativa do ar. No Sudeste, as chuvas são bastante escassas, com baixos valores de umidade relativa do ar no oeste de São Paulo e Minas Gerais. Na Região Sul, as chuvas decorrem principalmente da rápida passagem dos sistemas frontais, variando entre 300 mm e 500 mm no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

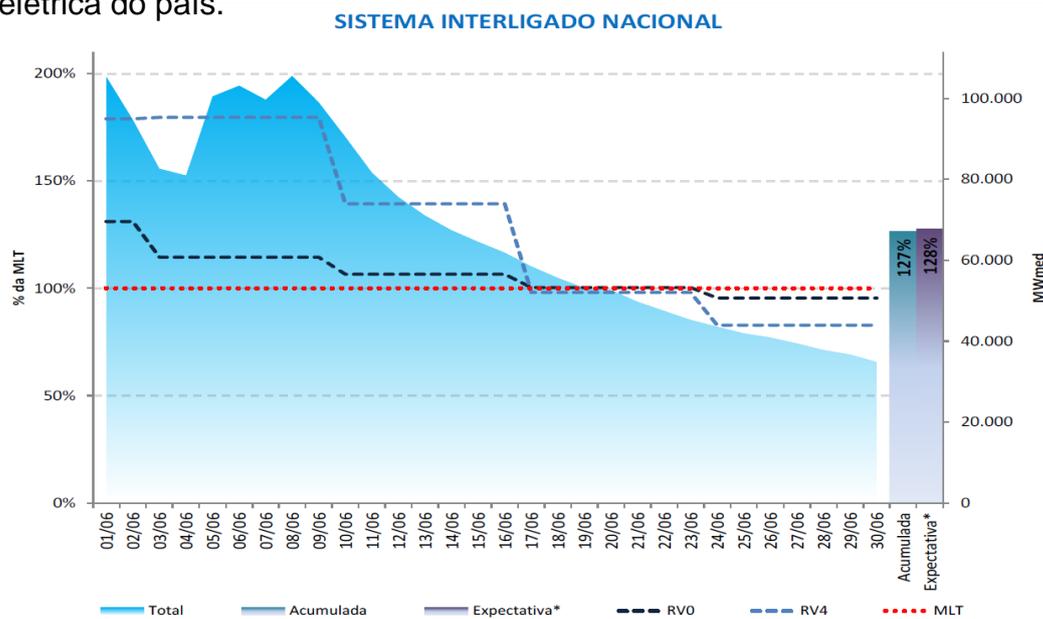
A entrada de massas de ar frio aumenta neste trimestre, causando declínio de temperatura principalmente nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil e no sul da Região Norte, onde se verifica o fenômeno de friagem. As temperaturas mínimas podem atingir valores abaixo de 0°C em áreas serranas das Regiões Sul e Sudeste, com ocorrência de nevoeiros, geadas e, em alguns episódios extremos, precipitação de neve. Fenômenos ainda raros neste inverno de 2017, com temperaturas mais elevadas que as médias gerais da estação.



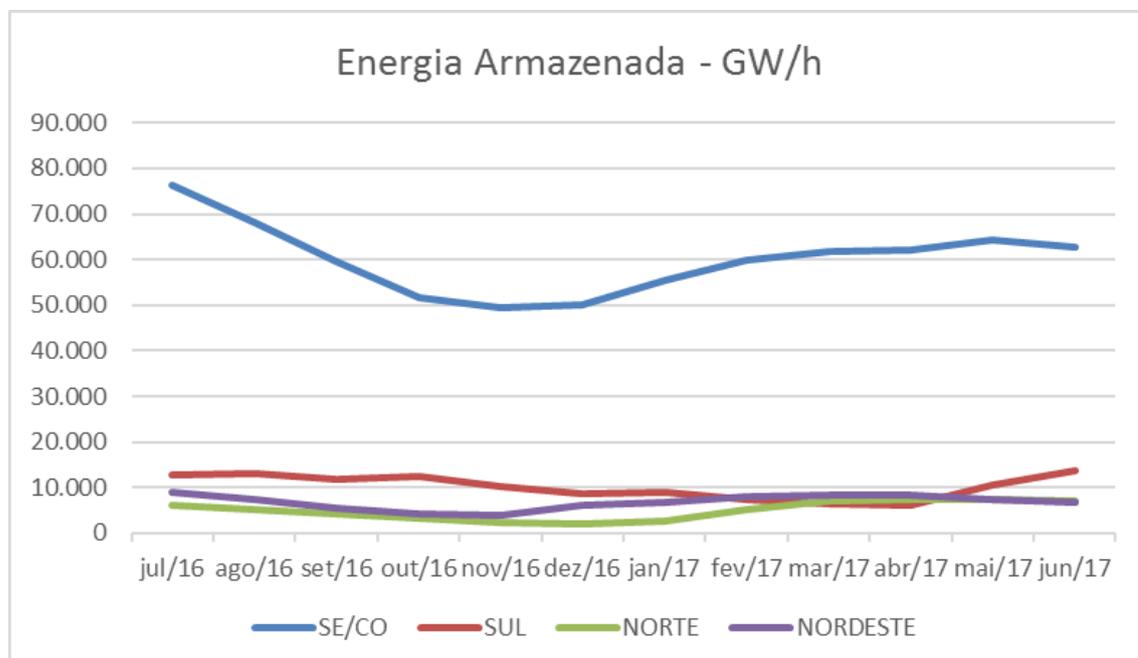


ENA, MLT e Nível dos Reservatórios

Nos gráficos de Energia Armazenada dos Submercados Sul e Sudeste/Centro – Oeste, abaixo apresentados, verifica-se mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.

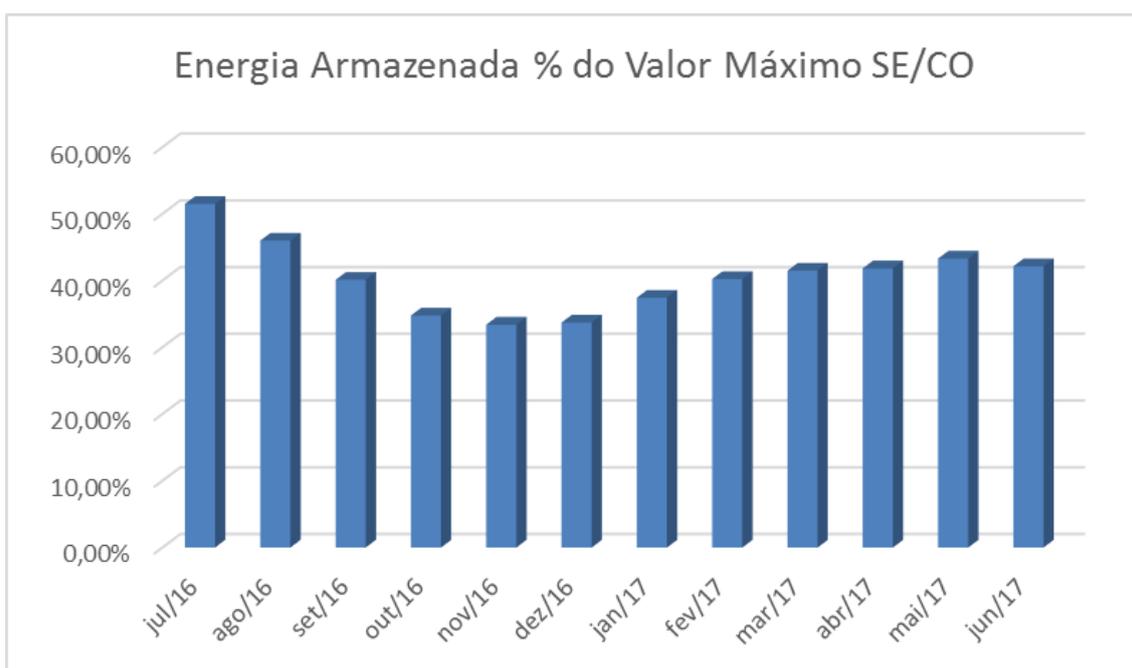


A ENA – Energia Natural Afluente, no submercado Sul verificou 273% em Junho, mantendo a marca como expectativa para Julho. Para os submercados Sudeste/Centro-Oeste verificou-se 106%, com previsão de 109% para Julho, pouco acima da MLT– Média Histórica de Longo Termo. No Norte verificou-se 59% em Junho com tendência de 59% também. E finalmente para o Nordeste consolidou 33% em Junho e tendência de 32% para Julho, sendo muito abaixo da MLT.





Observando a Energia Armazenada de Junho/2017, nota-se leve retração nos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste de – 1,16% atingindo nível de 42,15%, do Nordeste de – 1,98% retraindo para o nível de 17,77% e do Norte de – 0,7% atingindo nível de 59,42%. Em contrapartida houve significativa elevação no reservatório do Sul de +21,10% alcançando o nível de 92,79% de sua capacidade.

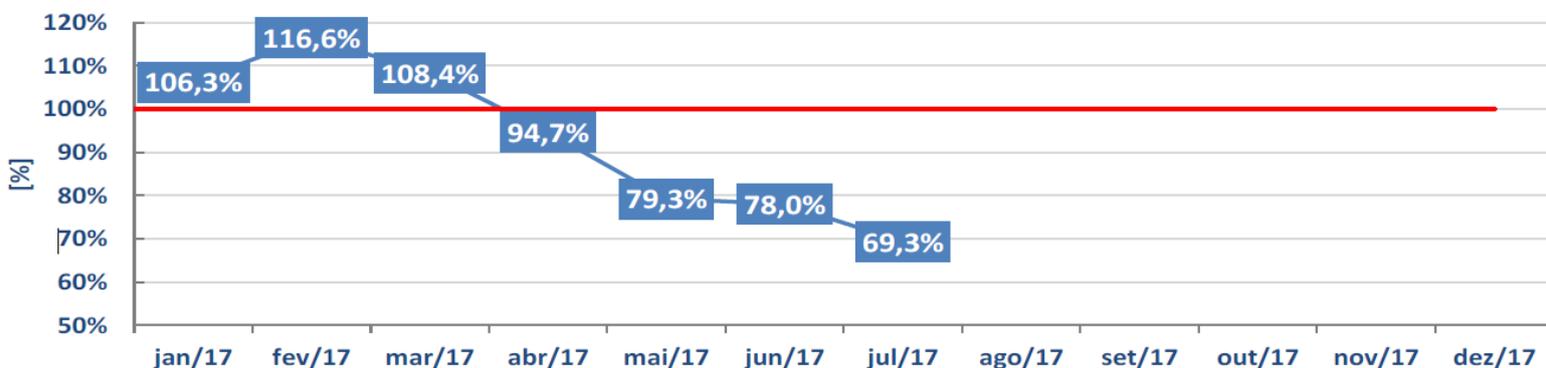
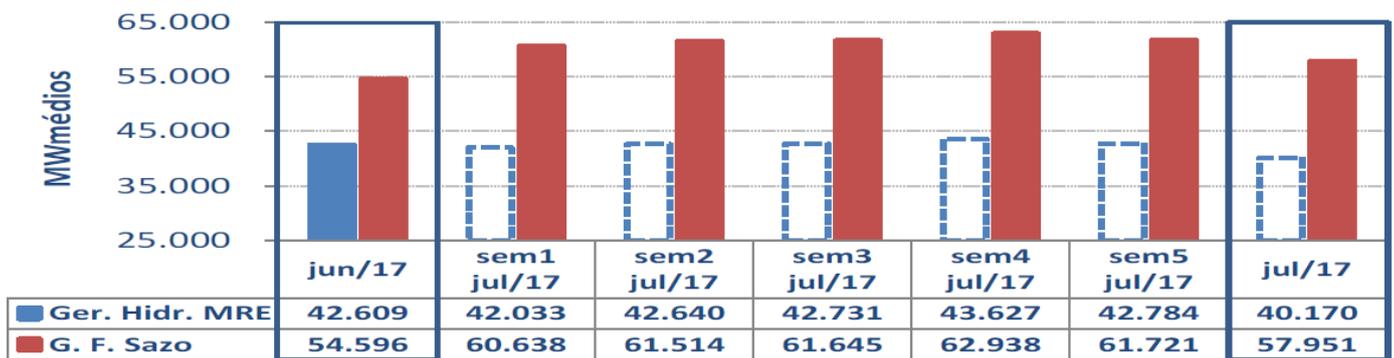




Fator de Ajuste de MRE

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Para julho, conforme a CCEE, temos a estimativa de 69,3% do fator de ajuste do MRE, com Geração Hidráulica de 40.170 MW, atingindo uma geração, em junho, de apenas 78% em relação às Garantias Físicas para o ano de 2017.



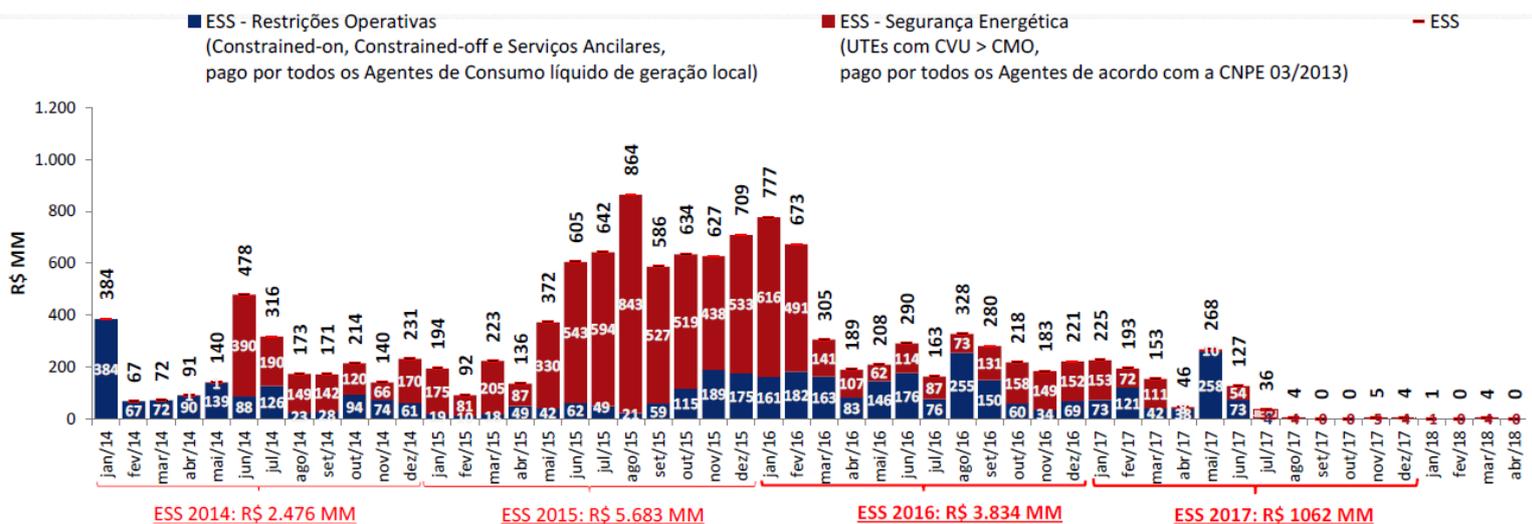


Encargos de Sistema (ESS, ESE, CDE)

Os custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema no atendimento à demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) são denominados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Estes valores são pagos por todos agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção de seu consumo. Os ESS são expressos em R\$/MWh.

No mês de junho/2017, somando os Encargos de Serviço do Sistema, dentre as Restrições Operativas e as de Segurança Energética, obteve-se um total de R\$ 127 MM.

Projeção de ESS e Custos devido ao deslocamento entre CMO e PLD



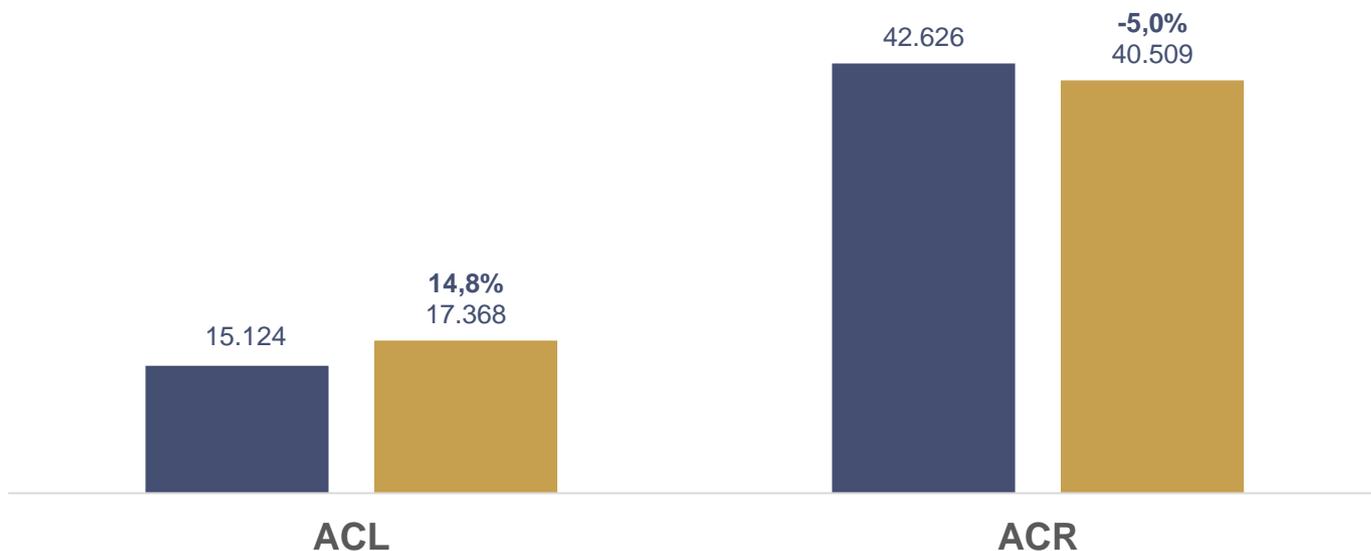


Projeções do ACL permanecem otimistas para 2017

Para 2017, continuam favoráveis as projeções para o ACL - Ambiente de Contratação Livre em relação ao ACR - Ambiente de Contratação Regulada. A estimativa é de um crescimento de 14,8%, em relação a 2016, para o ACL.

Consumo por Ambiente

■ 2016 ■ 2017





Consulta Pública do MME visa receber contribuições para a “Proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico”.

Foi disponibilizada nesta quarta-feira (05/07) a consulta pública “Proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico”. A consulta visa receber contribuições para estruturação de medidas legais que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade a longo prazo.

A consulta marca uma etapa importante para orientar o Ministério de Minas e Energia na elaboração de propostas específicas capazes de instrumentalizar os conceitos em medidas efetivas de modernização e racionalização econômica do setor elétrico que permitam um primeiro aprimoramento de seu marco regulatório e comercial.



O documento apresenta as medidas propostas pelo MME de maneira explícita divididas em três categorias: **Eficiência – Equidade - Sustentabilidade**.

Analisando as propostas do texto, o veículo de economia “Valor Econômico” destaca como primeiro motivo para a proposta a busca por uma solução definitiva frente ao problema relacionado ao GSF e liminares dos agentes Geradores:

"O primeiro motivo para essa proposta é que a judicialização causa distorção do sinal de preço e ineficiência econômica no mercado de curto prazo", diz a nota técnica, se referindo às liminares que limitam os efeitos do GSF nas hidrelétricas e também às decisões judiciais usadas como proteção em resposta às outras.

Atualmente, o principal problema relacionado ao GSF se refere às liminares dos agentes do mercado livre, que não aderiram à proposta feita pelo governo no fim de 2015 para repactuar o risco hidrológico mediante o pagamento de um "seguro" pelas hidrelétricas.

Como as usinas continuaram com as liminares que limitam os efeitos do GSF a zero ou 5% de suas garantias físicas, isso gerou um rombo que já chegou a R\$ 1,6 bilhão no mercado livre.

Para chegar a um acordo com os geradores pela desistência das liminares, foi proposta a extensão das concessões das usinas.



Esse ponto da medida provisória em elaboração pelo governo é visto como fundamental para que o restante das reformas do setor elétrico tenha sucesso.

Anteriormente, a proposta negociada com os geradores envolvia retirar da exposição das hidrelétricas o percentual de 5% dos montantes devidos, mas optou-se pela geração fora da ordem de mérito pelo fato de a componente já ter sido retirada do GSF. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou uma norma recentemente determinando que essa parcela do risco não pertence aos geradores.

"Ou seja, o conceito de expurgo da GFOM é tecnicamente sólido e não fragiliza o enfrentamento judicial de eventuais ações que ainda permaneçam ajuizadas mesmo após a oferta de retroação", diz a nota técnica.

A retroação a 2013 se justifica por ser esse o ano em que o GSF começou a se acentuar e a geração fora da ordem de mérito passou a ser usada "de maneira discricionária e imprevisível".

Ao final do texto segue traduzido os 10 princípios norteadores para o aprimoramento, a saber:

1. Respeito aos direitos de propriedade, respeito a contratos e intervenção mínima;
2. Meritocracia, economicidade e eficiência (produtiva e alocativa, do curto ao longo prazo);
3. Transparência e participação da sociedade nos atos praticados;
4. Isonomia;
5. Valorização da autonomia dos agentes;
6. Adaptabilidade e flexibilidade;
7. Coerência;
8. Simplicidade;
9. Previsibilidade e conformidade dos atos praticados;
10. Definição clara de competências e respeito ao papel das instituições.



Brasil tem a primeira deflação desde 2006

No mês passado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em -0,23%, a chamada deflação. Esse foi o primeiro resultado negativo em 11 anos.

A deflação significa que os preços dos produtos e serviços caíram durante o mês de junho. De acordo com o IBGE, o que mais puxou esse resultado foram as quedas nos preços da energia elétrica, dos transportes e dos alimentos.

Com a deflação, o consumidor consegue comprar produtos pagando menos, o que, em um primeiro momento, representa a recuperação do poder de compra. A deflação, no entanto, pode indicar dificuldades econômicas se persistir por vários meses.

Deflação é boa ou ruim?

Da mesma forma que a inflação alta representa um problema para a economia, a queda de preços nem sempre representa um bom sinal.

De acordo com a teoria econômica, índices negativos seguidos e generalizados indicam que os empresários estão baixando os preços por não estarem conseguindo vender as mercadorias a consumidores sem dinheiro. Esse comportamento normalmente está associado a países que enfrentam estagnações econômicas prolongadas, como o Japão, ou recessões severas acompanhadas de alto desemprego, como a Grécia.

Após a crise econômica global de 2008, o Japão registrou inflação negativa de 2009 a 2012. Somente em 2013, o país asiático voltou a registrar taxas positivas, mas os preços subiram por causa do aumento de tributos anunciado pelo primeiro-ministro Shinzo Abe ao chegar ao poder. Em 2015 e 2016, o país continuou a registrar taxas positivas, mas próximas de zero.

A situação é mais dramática na Grécia. No início da crise da dívida grega, em 2012, o país ainda registrou inflação positiva, mas após a recessão e as medidas de ajuste fiscal impostas como parte do plano de resgate, a economia grega passou a registrar deflação crônica: -1,82% em 2013 e -2,54% em 2014. Desde 2015, o país tem registrado índices próximos de zero.

Deflação no Brasil

Relativamente comum em períodos de recessão nos países desenvolvidos, a deflação não é frequente no Brasil. De acordo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que compila estatísticas antigas do país, em poucos momentos da história, o Brasil registrou deflação por



vários meses seguidos. A primeira vez foi em 1930, quando os preços caíram 8,9% após a crise do ano anterior que fez o preço do café despencar.

Na história recente, a última vez em que a economia brasileira tinha registrado deflação prolongada tinha sido em 1998, quando a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou negativo por quatro meses: julho, agosto, setembro e novembro. O índice fechou aquele ano em 1,66%. Na época, o Brasil tinha um câmbio supervalorizado e cresceu apenas 0,34%.

Na década passada, o IPCA ficou negativo em apenas três vezes: em junho de 2003 (-0,15%), em junho de 2005 (-0,02%) e em junho de 2006 (-0,21%). As deflações, no entanto, não indicaram tendência porque os índices encerraram esses anos com resultados positivos: 9,3% em 2003, 5,69% em 2005 e 3,14% em 2006. Somente em junho deste ano, o IPCA voltou a registrar valores negativos.

Energia, transportes e alimentos influenciaram deflação do IPCA em junho

A variação negativa (deflação) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 0,23% em junho, foi influenciada pela queda nos preços da tarifa elétrica, dos transportes e dos alimentos. Foi o primeiro resultado negativo desde o início do Plano Real. Em junho de 2006, o IPCA havia sido de -2,1%. É também a menor taxa da série histórica desde os 0,51% de agosto de 1998.

Para a coordenadora de Índices de Preços do IBGE, Eulina Nunes, “o que chama atenção é que os três grupos mais importantes para o orçamento doméstico tiveram queda, afetando as principais despesas da população: de se alimentar, morar e se transportar”.

Com a deflação de junho, o IPCA fechou o primeiro semestre do ano com alta acumulada de 1,18%, resultado 3,24 pontos percentuais abaixo dos 4,42% registrados no mesmo período de 2016.

Considerando os primeiros semestres do ano, é o resultado mais baixo da série histórica. Em relação aos últimos 12 meses, o índice acumulado foi para 3%, abaixo dos 3,6% relativos aos 12 meses imediatamente anteriores.

As informações do IBGE mostram que as contas de energia elétrica, que em maio haviam subido 8,98%, puxando a elevação do índice de inflação a 0,31%, fizeram um movimento contrário em junho, com queda de 5,52%. “Isso se deveu, principalmente, à passagem da bandeira vermelha para a verde, que significa uma redução de R\$ 3 a cada 100 kWh consumidos”.



O IBGE ressalta ainda o fato de que os preços dos combustíveis tiveram queda de 2,84%, levando o grupo de transportes a fechar negativo em 0,52%, “com destaque para as duas reduções seguidas no preço da gasolina, autorizadas pela Petrobras no fim de maio e em junho, além da variação de -4,66% no litro do etanol”.

Representando 26% do IPCA, os preços dos alimentos tiveram queda de 0,5%, puxada pela alimentação em casa (-0,93%), com redução em todas as regiões pesquisadas. Itens importantes como tomate, batata-inglesa e frutas tiveram quedas significativas. Segundo Eulina Nunes, “essa baixa nos preços reflete os resultados positivos da safra e os efeitos da redução no poder aquisitivo da população, que levam o comércio a fazer ofertas e promoções”.

Texto elaborado com base nos autores:

Nielmar de Oliveira e Wellton Máximo.

Enermerco Comercializadora de Energia EIRELI EPP

Av. 7 de Setembro, 140, Sala 06 – Centro

Timbó - SC – 89.120-000

(47) 3380-0771

www.enermerco.com.br

